

Índice

A atenção deliberada, o princípio de uma vida melhor	1
“Não ceder o espaço público aos que não partilham as nossas convicções sobre o bem comum”	2
A segregação é por bairros	4
“O Oficial e o Espião: Acuso”	5

A atenção deliberada, o princípio de uma vida melhor

Que uma relação menos dependente dos ecrãs pode ser o começo de uma vida melhor – mais serena, menos ansiosa – é uma intuição alargada. O desafio é encontrar a estratégia que nos ajude a consegui-lo. Em [“Cómo no hacer nada”](#) (Ariel, 2021), a artista plástica Jenny Odell apresenta um plano que vai fundo: e se o problema estivesse nas nossas ideias do progresso e da produtividade?

Para Odell, que é professora na Stanford University e adepta da observação de pássaros, a economia da atenção serviu-se de várias tendências: o culto pela marca pessoal, que converte cada *like* e cada favorito numa oportunidade para poder dizer ao mundo quem somos; a insegurança económica, que leva cada vez mais jovens a capitalizar o seu tempo livre em busca de rendimentos de carácter extra; a ansiedade produzida pelo bombardeamento informativo sem contexto; e, acima de todas, “um quadro de referência em que o valor é determinado pela produtividade”.

Se algo é conveniente para a economia da atenção é o ativismo: através das suas métricas e dos seus algoritmos, muitas empresas procuram ganhar com a frenética atividade nos telemóveis. A última coisa que esperam é que os utentes parem para pensar: necessitam dos seus cliques para ganhar dinheiro; necessitam de manter “a atenção cativa, assustada”, em perpétuo movimento. Por isso, é tão provocador o princípio chave da estratégia de resistência de Odell: “Não fazer nada”.

Na realidade, o seu programa exige uma certa ação. O primeiro movimento consiste em afastar-se do quadro que é utilizado pela economia da atenção; em recusar a compreensão da vida como algo que constantemente podemos otimizar. De acordo com esta visão, tudo aquilo que fazemos pode produzir um rendimento, traduzível em lucros económicos. E num contexto tão volátil, quase que existe a obrigação de aproveitar todas as oportunidades.

A obsessão com a produtividade tem sérias implicações. À partida, não é difícil imaginar que papel reserva a sociedade a ações tão afastadas do que é útil – “útil para quê?”, pergunta Odell – como contemplar, escutar, meditar, etc. E não é disparate supor que tudo o que for considerado como “pouco aproveitável”, corre o risco de ser eliminado. Com esta mentalidade, o mais valioso é sempre a disrupção: “Estamos numa cultura que potencia a novidade e o crescimento em detrimento do cíclico e do regenerativo. A nossa própria ideia de produtividade baseia-se em produzir algo que seja novo, quando, pelo contrário, não tendemos a ver, do mesmo modo, a manutenção e os cuidados como coisas produtivas”.

O segundo movimento desse “não fazer nada” consiste em ligar-se a outra coisa. Não se trata de se exilar do mundo, mas de repartir a atenção: continuaremos a olhar para os ecrãs – prevê Odell com realismo –, mas se aprendermos a orientar a atenção “de um modo mais intencional”, descobriremos um tempo e um espaço novos. “Poderia a ‘realidade aumentada’ equivaler, simplesmente, a deixar quieto o telefone?”. Para Odell, este é o caminho para se reapaixonar com a realidade. Quem queira voltar a sentir-se vivo, deve descobrir que existem muitos momentos na sua vida que são “fins em si mesmos, não passos” para outras coisas.

O testemunho de Odell é eloquente. Quando se decidiu a olhar menos para o telemóvel, começou a “escolher certas coisas a que prestar atenção”. Primeiro foram os pássaros, a seguir as árvores, depois os insetos, as plantas, as montanhas... Descobriu que “tudo aquilo já se encontrava por aí antes”, embora não o visse. Essa é “a realidade aumentada” em que ela vive agora. Toda uma descoberta que lhe mudou a maneira de pensar e de viver.

Graças às “práticas de atenção deliberada” que integrou na sua vida, também mudou o modo de olhar para as pessoas. Um exemplo: Odell e o seu noivo vivem muito perto de uma família com filhos pequenos; durante dois anos, foram-se vendo a partir das varandas e dos terraços das suas casas. A complicidade foi crescendo, e um dia o pai convidou-os para jantar. Entre outras coisas, a experiência serviu a Odell para se aperceber “do pouco tempo que passo no assombroso e raro mundo das crianças”. E acrescenta: “Quando regressámos ao nosso apartamento, a mim pareceu-me diferente, como se tivesse deixado de ser o centro absoluto das coisas. Agora, a rua estava cheia desses ‘centros’, e cada um deles continha outras vidas, outras habitações, outras pessoas”.

Quando Odell aconselha a que nos reservemos tempos e espaços “não produtivos” (ou produtivos de uma maneira diferente da que dita a lógica capitalista), está a falar da necessidade de sairmos do carril dos algoritmos, de dar espaço ao imprevisto, de escapar às regras de jogo da economia da atenção: rapidez, disrupção, crescimento... A ideia de progresso que ela tem em mente inclui uma série de outros verbos: manter, cuidar, demorar-se, observar...

Os tempos e os espaços “de incubação” que Odell reivindica, incluem conversas suculentas, face a face, com um amigo íntimo; passeios pelo campo; “meios de comunicação mais lentos”, atos conscientes de atenção com os quais “decidimos quem ouvir, quem ver e quem intervém no nosso mundo. Assim, a atenção molda os alicerces não só do amor, como também da ética”.

“No hacer nada” não é um livro de autoajuda. É pensamento intencional, com um propósito. E é carregado de referências culturais, denúncia anticapitalista, muita ecologia, alguns tiques *wake*, anedotas ilustrativas e digressões diversificadas, observações agudas e rodeios intermináveis... Ela mesma adverte para a desordem, pois concebeu o livro como “um convite para dar um passeio”, no qual não há problema em se demorar. E talvez essa lentidão seja propiciadora do leitor se propor, ao acabar o livro, uma mudança de prioridades.

J. M.

“Não ceder o espaço público aos que não partilham as nossas convicções sobre o bem comum”

Militar ativamente a favor da causa pró-vida não é a credencial mais cotada para fazer política em Washington no seio do Partido Democrata. Dan Lipinski tinha as suas convicções – tem-nas –, e com elas desenvolveu o seu trabalho como representante pelo Illinois desde 2005 até janeiro do ano passado.

Por isso, a elite do partido e o *lobby* pró-aborto EMILY’s List decidiram afastá-lo e injetaram milhões de dólares à sua rival interna, Marie Newman, nas primárias de 2018 e 2020. Não o conseguiram contrariar na primeira vez, [mas sim em 2020](#), quando cinco candidatos presidenciais democratas apoiaram a sua opositora.

Lipinski decidiu então abandonar a vida política e centrar-se na docência universitária, embora não perca de vista o que se passa em Washington, onde – defende – um crente verdadeiramente consequente com a sua fé não se enquadra hoje a cem por cento em nenhum dos dois grandes partidos. Precisamente sobre estes temas, acedeu a responder a várias perguntas da “Aceprensa”.

— *Como foi possível que um católico bem formado estivesse oito legislaturas como representante de um partido cada vez mais hostil para com a causa pró-vida?*

— É importante entender que os EUA não têm um sistema parlamentar no qual os representantes são eleitos especificamente para votar pelo programa do partido. Quando foi redigida a nossa Constituição, havia o propósito de que os congressistas representassem os seus eleitores e não um partido. A mim, elegeram-me para o Congresso enquanto democrata, mas disse aos votantes que era pró-vida e que votaria nesse sentido.

Quando fui eleito pela primeira vez, os políticos democratas podiam continuar a ser pró-vida e ser eleitos nas primárias, embora desde o início tenha tido rivais que faziam da minha posição favorável à vida, o seu problema número um contra mim. Eu sabia que ser pró-vida também significava que não ascenderia a um cargo superior nem me converteria em líder do partido. Outros não gostavam igualmente da minha posição, embora não mo dissessem diretamente. Mas recebi muitos ataques verbais – por vezes insultuosos –, e não apenas de forma anónima na Internet, mas diretamente na minha cara.

— *Houve momentos difíceis então...*

— Sim. Em 2009-2010, passei por um deles quando me opus à principal prioridade do partido e do recém-eleito presidente Barack Obama: a Lei da Assistência de Saúde Acessível (o [Obamacare](#)). Trabalhei com outros democratas pró-vida na

Câmara de Representantes para tentar evitar que o projeto de lei incluísse o financiamento do aborto ou dos seguros médicos que o cobrem, e embora inicialmente tenhamos obtido uma vitória legislativa, no final acabámos por perder.

A maioria dos democratas defensores da vida acabaram por votar a favor do projeto de lei, mas eu não. Isso, juntamente com as derrotas de muitos deles nas eleições de 2010 e 2012, colocou-me na posição de converter-me no líder democrata pró-vida no Congresso. Nunca tive a intenção de desempenhar esse papel, mas sabia que tinha de assumi-lo quando chegasse a altura.

Em 2017, o *lobby* pró-aborto decidiu tentar derrotar-me nas primárias do ano seguinte. Gastaram mais de três milhões de dólares com esse objetivo, e atacaram-me constantemente em anúncios de televisão e mensagens de correio, onde me qualificavam de “anti-mulher” por ser a favor da vida. Os meios de comunicação social, nos planos local e nacional, posicionaram-se em grande parte contra mim. A minha opositora dizia ser católica, mas apoiava as posições mais radicais a favor do aborto. A eleição foi muito renhida, mas ganhei por uma estreita margem de 51 % a 49 %.

Depois disto, ela nunca deixou de fazer campanha. Essencialmente, ela e os seus apoiantes estiveram a disputar as primárias democratas de março de 2020 sem parar durante três anos. Já em 2020 o partido se havia radicalizado tanto no tema do aborto, que Joe Biden, o qual desde o início da sua carreira política de 45 anos se havia oposto ao financiamento do aborto por parte dos contribuintes, alterou a sua posição para continuar a ter possibilidades nas primárias presidenciais.

Foram três anos muito difíceis para mim e para a minha mulher, Judy, devido aos constantes ataques e à falta de apoios. As pessoas perguntavam-me muitas vezes como me mantinha forte e conservava a minha posição pró-vida. Tinha aprendido muito com a atuação de São Tomás Moro, que praticava a oração, os sacramentos e o estudo permanente para formar a sua consciência. Também exercitou a humildade, o que lhe permitiu conservar a sua integridade moral e seguir a sua consciência. Além disso, o apoio da minha mulher e de outros amigos católicos constituíram uma ajuda para me sustentar. Nunca admiti mudar a minha posição e continuei a falar da necessidade de proteger os bebés no ventre materno. Não me arrependo absolutamente nada.

— *Sessenta políticos católicos democratas opuseram-se à decisão da Conferência de Bispos dos EUA de redigir um documento sobre as [disposições necessárias para aceder à comunhão](#). Falta de convicção religiosa, cálculo político?...*

— Tento sempre abster-me de especular sobre os motivos dos outros. Só Deus sabe o que há realmente nos seus corações. No caso da maioria – espero que todos – dos políticos católicos, penso que se tivessem de escolher entre o céu e o poder político, escolheriam o primeiro. Mas a maioria das pessoas não gosta de fazer concessões. Tentamos ter tudo, e isso leva-nos a procurar escapatórias para poder ir pelo caminho mais fácil.

Observei sempre de modo claro o conflito entre a posição do Partido Democrata sobre o aborto e a doutrina da Igreja sobre a vida. Sabia que devia tomar uma decisão. No entanto, muita gente (incluindo alguns na Igreja) quer confundir os políticos católicos sobre estes temas, o que frequentemente é fácil, porque a maioria dos crentes tem sido mal catequizada. Algumas declarações e comentários de democratas católicos demonstram-no.

— *Pode-se dizer que quem é pró-vida e quer dedicar-se à política só tem opções no Partido Republicano neste momento?*

— É muito importante que o movimento não esteja representado somente num partido. Se todos os votantes e políticos pró-vida se passarem para o Partido Republicano, será ainda mais fácil que este dê por garantido que tem esses votantes e deixe assim de dar prioridade à defesa da vida.

— *Em Washington, aumentou a polarização partidária. Que perigos derivam dela para a boa saúde da democracia norte-americana?*

— A polarização partidária é muito preocupante, porque o sistema norte-americano depende do compromisso para funcionar. Os autores da nossa Constituição não criaram um sistema parlamentar, mas um presidencialista com duas câmaras legislativas coiguais. O objetivo era dar aos cidadãos múltiplos pontos de acesso ao processo legislativo para que sentissem que podiam ser escutados. O sistema também pretendia fomentar a deliberação e o compromisso em vez da elaboração rápida de leis.

Com dois partidos que têm estado mais ou menos igualados nas eleições ao longo de décadas, raras vezes tivemos um deles no controlo de todo o governo nacional. Isto fez com que o compromisso seja ainda mais essencial. Depois, a extrema polarização atual dificulta a elaboração de leis, o que deixa muitos assuntos sem andamento, ou nas mãos do presidente ou do sistema judicial. Quando um partido controla as duas câmaras do Congresso e a presidência, tenta fazer mudanças políticas importantes sem nenhum contributo do outro partido, o que provoca queixas de ilegitimidade por parte dos que se sentem excluídos do processo. Em conjunto, isto não é bom para a saúde da nossa democracia.

— *Se os bons se vão embora, só restam os maus para fazer o trabalho. Acha possível regressar a Washington em alguma altura, para ajudar a dar forma a políticas que sejam realmente benéficas para as pessoas?*

— Neste momento, não tenho prevista a procura de um cargo político, embora nunca diga “nunca”. Quero utilizar a minha experiência para ajudar a ensinar e inspirar outros sobre a fé católica e o chamamento a servir o bem comum.

Procuo encorajar sempre as pessoas, especialmente os jovens, a participarem na política e no governo, porque não podemos ceder o espaço público e as nossas instituições governamentais a outros que não partilhem as nossas convicções cató-

licas sobre como servir o bem comum. Qualquer católico que decida fazê-lo, deve dedicar-se a formar a sua consciência e a procurar o apoio de cristãos comprometidos e de outras pessoas de fé que o ajudem a manter-se firme quando surgirem os desafios. Seguramente o encontrará.

L. L.

A segregação é por bairros

A ideia de que a escola pública é igualitária e a escola privada discriminatória é um lugar-comum arraigado em Espanha e noutros países europeus. A primeira seria o reino da equidade, sem barreiras socioeconómicas de acesso devido à sua total gratuitidade, com uma mistura social garantida por não poder selecionar os seus alunos. Pelo contrário, o ensino privado – igualmente o concertado – seria um obstáculo à equidade, seja pelas suas próprias, ou pelas suas políticas de seleção dos alunos. Daí que para melhorar a equidade, haveria que obrigar as escolas privadas a seguir as mesmas regras das públicas.

Para sairmos das polémicas espanholas, pode ser bom atender ao que se passa em França. Com um sistema escolar centralizado, amplamente público (o privado dá escolaridade a 17 % dos alunos, contra 33 % em Espanha), onde os estudantes se repartem em função do mapa escolar baseado no domicílio, e a atribuição de professores não depende dos diretores das escolas, poderia pensar-se que tem todos os trunfos para ser uma escola igualitária. E, no entanto, toda a gente concorda em que ocorre o contrário.

Um [editorial do "Le Monde"](#) (2.9.2021), aquando do começo do ano letivo, constata algo que é bem conhecido: "A França é um dos grandes países desenvolvidos em que a origem social mais pesa sobre os resultados e os percursos escolares". As diferenças de resultados entre os alunos de bairros populares e de bairros abastados, entre os provenientes da imigração e os que têm origem francesa, entre os que têm pais com pouca formação escolar e os de pais universitários, é manifesta e persistente. Nenhum governo, nem de esquerda nem de direita, conseguiu colmatar esse fosso, embora se tenham tentado diversas fórmulas.

A igualdade teórica da rede pública é desmentida por factos tenazes. Todo a gente sabe que algumas escolas públicas são de grande qualidade, enquanto que outras – sobretudo em bairros conflituosos – estão num plano muito inferior. E os pais com maior formação conhecem melhor as estratégias para que os seus rebentos consigam lugar na escola desejada. O resultado, segundo o "Le Monde", é que "cerca de 80 % dos

alunos de 10 % das escolas superiores mais seletivas são filhos de quadros dirigentes e de professores".

Do ponto de vista da equidade, a Espanha está em melhores condições. A diferença de desempenho entre os estudantes mais favorecidos e desfavorecidos é um pouco menor do que a média da OCDE, segundo os relatórios PISA. Contudo, a falta de excelência educativa é negativa em si mesma e pode afetar a equidade, porque indica um nivelamento por baixo.

Mais do que procurar a excelência em todo o tipo de escolas, a última reforma da chamada [lei Celaá](#), em Espanha, centra-se em igualar as regras de admissão de alunos entre escolas públicas e concertadas, mas sem igualar o financiamento nem cobrir gastos que na rede pública são subsidiados pelo Estado (transportes, refeitórios, construção de instalações...). Deste modo, [o próprio Estado é responsável](#) por, pelo menos, parte da segregação de que acusa a escola privada, pois a necessidade de cobrir os custos reais dificulta o acesso a famílias com menos recursos ("Aceprensa", "El discurso incoherente sobre la escuela concertada", 26.11.2019).

Já sem falar de que, terminado o ensino obrigatório, na maior parte das comunidades autónomas espanholas, o Estado deixa de financiar os alunos do ensino concertado. Ao concluir o chamado *bachillerato* (etapa pós-ensino secundário que antecede, ou a formação profissional de grau superior, ou a ida para a universidade) o aluno de menos recursos do ensino concertado terá de deixá-lo por não poder pagar, e deverá deslocar-se para uma escola pública. Depois de tanto se insistir em que o ensino concertado deve estar aberto a todo o tipo de alunos, já não interessa a "segregação" no *bachillerato*?

É claro que, no ensino concertado, o nível socioeconómico das famílias é mais elevado do que no público, mas dificilmente pode ser de outro modo, dadas as condições do financiamento e o peso que a lei dá ao domicílio nos critérios de admissão. Quando uma escola concertada está situada num bairro mais popular, também nela predominam os filhos de famílias do meio.

Diz-se que nove em cada dez escolas que estão em zonas pobres são públicas. Mas isto é mais um efeito das diferenças entre a Espanha esvaziada e a outra. As escolas privadas e concertadas costumam estar nas cidades, que é onde podem encontrar suficiente clientela potencial. E também nas cidades as diferenças de rendimento são mais acentuadas.

Mas, ainda que no conjunto do ensino público haja maior diversidade socioeconómica entre os alunos, também neste setor existem escolas públicas de famílias abastadas e escolas públicas de pobres. Nisto influi a segregação residencial, pois se a escolha do domicílio depende do poder de compra, ao escolher uma escola pública próxima, tão-pouco haverá muita mistura social. As próprias famílias preferem muitas vezes que os seus filhos vão para uma escola pública com filhos de outras famílias de nível semelhante. E não por desejo segregador, mas porque também está comprovado que as escolas com alunos de classes médias e altas obtêm melhores resultados.

O objetivo de evitar que o rendimento educativo dependa da origem social é importante e não pode ser abandonado. Conseguir que na escola haja uma mistura social é valioso para os alunos aprenderem a viver juntos e para criarem um caldo de cultura que estimule a ambição escolar dos alunos desfavorecidos. Mas, precisamente porque é importante, tem de se procurar isso, tanto no ensino público, como no privado.

I. A.

“O Oficial e o Espião: Acuso”

“J'accuse”

Realizador: Roman Polanski
Atores: Jean Dujardin, Louis Garrel
Duração: 135 min.
Ano: 2019

Em 1894, um militar francês, Alfred Dreyfus, de origem judaica, é condenado ao desterro por espionagem. O caso levantara polémica, pois havia falta de provas e alguns dos acusadores eram frontalmente contra os judeus. Além disso, a pressa em encontrar um culpado que mostrasse a eficácia do Exército em julgar os suspeitos, não ajudara a encontrar uma solução confirmada por todos.

Mais tarde, um oficial de patente superior descobre que a acusação era falsa, pois encontra o verdadeiro espião. No entanto, o sistema judicial e o aparelho militar não querem reabrir o caso. Os generais responsáveis opõem-se a investigar tudo de novo. Custa-lhes reconhecer o erro. Receiam mais polémicas e serem eles próprios condenados a alguma pena... Perante isso, o oficial avança por si. Recorre a jornalistas, políticos e pessoas com notoriedade pública que o ajudam. Desenha uma estratégia... mas perde. Não desiste, embora chegue a ser preso, julgado nos tribunais e condenado. Mas a polémica aumenta e ganha novos apoios. Os anos passam... e faz-se justiça.

Dreyfus é reincorporado no Exército e esse oficial chega a Ministro da Guerra. Esta história real vai tornar-se um exemplo de como vale a pena investigar a verdade e de como, por vezes, os “poderes instituídos” alimentam situações injustas, “deixando andar as coisas por sempre se fazer assim”, com medo a enfrentarem corajosamente factos e pessoas corruptas que só se movem por interesses pessoais.

Tópicos de análise:

1. A integridade prova-se quando se age em consciência.
2. Lutar pela verdade atrai outros a apoiar essa causa.
3. Planear uma estratégia é essencial para atingir um objetivo.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins
Professor da AESE

